



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Vivo S/A, submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, com o parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(em milhares de reais)

A T I V O	Nota	31.12.06	31.12.05
CIRCULANTE			
Caixa e bancos		80.911	32.734
Aplicações financeiras	4	1.364.713	-
Contas a receber, líquidas	5	1.961.246	213.211
Estoques	6	282.020	34.776
Adiantamento a fornecedores		13.142	1.820
Tributos diferidos e a recuperar	7	1.656.008	50.938
Operações com derivativos	15	1.298	4
Despesas antecipadas	8	181.065	23.546
Outros ativos	9	122.129	8.235
Total do ativo circulante		5.662.532	365.264
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Tributos diferidos e a recuperar	7	2.153.601	271.265
Operações com derivativos	15	135	2.355
Despesas antecipadas	8	18.784	2.979
Outros ativos	9	19.180	12.814
Investimentos	10	182	-
Imobilizado, líquido	11	6.445.376	758.875
Intangível, líquido	11	1.642.683	531.069
Diferido, líquido	12	134.257	115.180
Total do ativo não circulante		10.414.198	1.694.537
Total do ativo		16.076.730	2.059.801

P A S S I V O E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.06	31.12.05
CIRCULANTE			
Pessoal, encargos e benefícios sociais		154.421	6.919
Fornecedores e contas a pagar	13	2.625.241	204.450
Impostos, taxas e contribuições	14	452.346	91.066
Empréstimos e financiamentos	15	1.518.556	113.869
Juros sobre o capital próprio e dividendos		227.416	-
Provisão para contingências	16	61.403	16.564
Operações com derivativos	15	371.990	11.693
Outras obrigações	17	309.914	17.169
Total do passivo circulante		5.721.287	461.730
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo:			
Impostos, taxas e contribuições	14	212.469	169.578
Empréstimos e financiamentos	15	1.333.796	352.908
Provisão para contingências	16	84.712	4.366
Operações com derivativos	15	127.173	19.246
Outras obrigações	17	132.981	14.540
Total do passivo não circulante		1.891.131	560.638
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	5.650.434	4.047.363
Reservas de capital		1.219.126	196.754
Reservas de lucro		1.436.504	-
Lucros (prejuízos) acumulados		158.122	(3.206.684)
Total do patrimônio líquido		8.464.186	1.037.433
RECURSOS CAPITALIZÁVEIS		126	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.076.730	2.059.801

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2006	2005
Serviços de telecomunicações	19	4.103.000	883.236
Vendas de mercadorias	19	807.749	220.840
Receita operacional bruta		4.910.749	1.104.076
Deduções da receita bruta	19	(1.394.071)	(283.372)
Receita operacional líquida		3.516.678	820.704
Custo dos serviços prestados	20	(1.360.817)	(334.426)
Custo das mercadorias vendidas	20	(533.564)	(200.464)
Lucro bruto		1.622.297	285.814
Despesas com vendas	21	(1.096.892)	(329.968)
Despesas gerais e administrativas	22	(372.867)	(54.790)
Outras despesas operacionais	23	(181.431)	(89.704)
Outras receitas operacionais	23	195.806	24.707
Equivalência patrimonial		(28)	-
Despesas operacionais		(1.455.412)	(449.755)
Lucro (prejuízo) operacional antes das despesas financeiras		166.885	(163.941)
Despesas financeiras	24	(218.703)	(81.808)
Receitas financeiras	24	70.712	8.709
Variações monetária e cambial, líquidas	24	(8.095)	(28.133)
Lucro (prejuízo) operacional		10.799	(265.173)
Despesas não operacionais, líquidas	25	(278.699)	(5.474)
Prejuízo antes dos tributos		(267.900)	(270.647)
Imposto de renda e contribuição social	26	1.131.502	12
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		863.602	(270.635)
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		226,67	(23,68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais)

	31.12.06	31.12.05
ORIGENS DOS RECURSOS:		
Das operações:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	863.602	(270.635)
Depreciação e amortização	718.418	294.904
Encargos, variação monetária e cambial	(25.325)	(7.576)
Baixas do ativo imobilizado	8.875	122
Provisão para perdas de imobilizado	277.987	5.156
Provisão para contingências	10.621	1.614
Reserva para fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria	824	-
Provisão para perdas em investimentos	1.815	-
Tributos diferidos e a recuperar	(1.224.757)	-
Impostos, taxas e contribuições de longo prazo	(4.403)	-
Resultado de equivalência patrimonial	28	-
Ganhos em contratos a termo e de swaps	84.360	35.930
Rateio da depreciação de sistemas compartilhados	-	268
Outros valores que não afetam o CCL	(704)	-
De acionistas:		
Aumento de capital	277.600	-
Dividendos prescritos	7.463	-
De terceiros:		
Empréstimos e financiamentos	87.629	126.474
Aumento do passivo não circulante	107.024	-
Transferência do ativo permanente para o circulante	-	1.326
Transferência do ativo não circulante para o circulante	204.641	14.544
Total das Origens	1.395.698	202.127

	31.12.06	31.12.05
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:		
Das operações (Vide a seguir)		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	1.110.649	187.021
Adições ao ativo diferido	1.135	100
Adições a outros investimentos	1.100	-
Aumento do ativo não circulante	9.791	14.454
Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos	205.105	-
Redução no passivo não circulante	-	18.970
Transferência do passivo não circulante para o circulante	228.714	-
Transferência de empréstimos, financiamentos e derivativos para o circulante	-	-
Total das aplicações	2.222.828	335.951
Efeito no CCL de empresas incorporadas	864.841	-
Aumento (redução) do capital circulante líquido	37.711	(133.824)
Representado por:		
Ativo circulante	5.297.268	(71.682)
No início do exercício	365.264	436.946
No fim do exercício	5.662.532	365.264
Passivo circulante	5.259.557	62.142
No início do exercício	461.730	399.588
No fim do exercício	5.721.287	461.730
Aumento (redução) do capital circulante líquido	37.711	(133.824)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	31.12.06	31.12.05
Crédito fiscal incorporado – reestruturação	922.140	253.213
Créditos tributários sobre provisões para:		
Obsolescência	15.049	-
Contingências	117.447	-
Créditos de liquidação duvidosa	120.089	-
Programa de fidelização	22.102	-
Participação de empregados	26.186	-
Fornecedores	125.625	-
Outros valores	339.578	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.120.456	-
Total de tributos diferidos	2.808.672	253.213
Circulante	878.069	-
Não circulante	1.930.603	253.213

A parcela classificada no circulante refere-se à reversão de diferenças temporárias e amortização de ágio prevista para 2007. Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

a) **Prejuízo fiscal e base negativa:** serão compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios.

b) **Crédito fiscal incorporado:** representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integralidade do patrimônio líquido (nota 29). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio, cujo prazo é entre 5 e 10 anos. Estudos de consultores externos utilizados nos processos de reestruturação societária suportam a recuperação do valor nestes prazos.

c) **Diferenças temporárias:** a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques.

A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em 2006, como definido pela Instrução CVM nº 371. O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é como segue:

Exercício:	31.12.06	Consolidado
2007	878.069	878.069
2008	376.517	376.517
2009	332.692	332.692
2010	402.539	402.539
2011	482.343	482.343
2012 em diante	2.808.672	2.808.672
Total		

	31.12.06	31.12.05
Taxa FISTEL	47.277	13.331
Aluguéis	17.007	69
Propagandas a distribuir	114.927	11.478
Encargos financeiros	510	269
Incentivos comerciais	1.780	341
Outros	18.348	1.037
Total	199.849	26.525
Circulante	181.065	23.546
Não circulante	18.784	2.979

	31.12.06	31.12.05
9. OUTROS ATIVOS		
Depósitos judiciais	85.654	12.306
Adiantamentos a empregados	7.403	914
Créditos com fornecedores	3.338	2.209
Créditos com empresas do grupo	2.247	1.331
Subsídio na venda de terminais	37.335	3.261
Outros ativos	5.332	1.028
Total	141.309	21.049
Circulante	122.129	8.235
Não circulante	19.180	12.814

	31.12.06	31.12.05
10. INVESTIMENTOS		
a) Participações em controlada		
É a controladora integral da TCO IP S.A., empresa dormente que tem por objetivo a prestação de serviços de internet.		
b) Quantidade de ações		
Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade detém 1.000.000 de cotas de sua controlada TCO IP S.A.		
c) Informações das controladas		

	Patrimônio Líquido em	Prejuízo em
	31.12.06	2006
Investida	173	(28)
TCO IP S.A.		
d) Composição		
O saldo de investimentos da controladora inclui a participação no patrimônio das controladas, demonstrado abaixo:		

	31.12.06	31.12.05
Investimentos em controladas	85.654	12.306
Outros investimentos	7.403	914
Saldo do investimento	3.338	2.209
	2.247	1.331
	37.335	3.261
	5.332	1.028
	141.309	21.049
	122.129	8.235
	19.180	12.814

	31.12.06	31.12.05
11. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS		
Valores a receber de serviços a faturar	320.281	15.473
Valores a receber de serviços faturados	1.038.397	141.218
Valores a receber de interconexão	674.311	79.456
Valores a receber de mercadorias vendidas	281.563	31.595
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(353.306)	(54.531)
Total	1.961.246	213.211

k) **Imposto de renda e contribuição social**
São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis às diferenças temporárias, aos prejuízos fiscais e à base negativa de contribuição social são registrados no ativo, no pressuposto de sua realização futura.

l) **Empréstimos e financiamentos**
Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial e juros incorridos até a data do balanço.

m) **Taxa Fistel**
O valor da taxa do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL paga sobre a ativação de novos clientes, geradas mensalmente ao longo do ano, é diferido para amortização durante o período estimado de fidelização dos clientes, equivalente a 24 meses.

n) **Provisão para contingências**
É determinada com base em opiniões de consultores jurídicos e da Administração, quanto ao provável resultado de assuntos pendentes e está atualizada até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

o) **Planos de benefício pós-emprego**
Os passivos atuariais estão calculados com base no método do crédito unitário projetado e os ativos dos planos estão apresentados pelo valor justo de mercado. Os ganhos e perdas atuariais são registrados imediatamente no resultado do exercício. Eventuais déficits (excesso de obrigações atuariais sobre os ativos do plano) são reconhecidos ao final de cada exercício. Na ausência de perspectiva para redução de contribuições futuras, superávits não são reconhecidos (Nota 28).

p) **Reconhecimento das receitas**
A receita de serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. A receita não faturada é calculada e reconhecida como resultado quando os serviços são prestados. As receitas referentes aos créditos de celular de pré-pagos são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. A receitas de vendas de mercadorias e acessórios são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. Vendas realizadas através de dealers são reconhecidas como receitas quando da ativação do aparelho.

q) **Receitas e despesas financeiras**
Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos obtidos e concedidos.

r) **Derivativos**
A Sociedade possui alguns derivativos em moeda estrangeira com o objetivo de administrar sua exposição à flutuação das taxas de juros e taxas de câmbio referentes a seu fluxo de caixa em moeda estrangeira. Esses derivativos são registrados às taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial e os prêmios pagos ou recebidos antecipadamente são diferidos para amortização no período de vigência dos respectivos contratos. Os ganhos e perdas, realizados ou não, calculados exclusivamente com base nas condições contratadas, são registrados como despesas financeiras líquidas.

s) **Participação dos empregados nos lucros e resultados**
São feitas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos lucros e resultados.

t) **Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações**
Está calculado com base no número de ações em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

u) **Uso de estimativas**
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração prepare estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados.

	31.12.06	31.12.05
Aplicações financeiras	1.364.713	-

As aplicações financeiras referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”), com liquidez imediata.

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade possuía aplicações financeiras dadas em garantia de processos judiciais no montante de R\$45.644.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL, LÍQUIDO

	Taxas anuais de depreciação %		31.12.06		31.12.05	
	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido
		%	%		%	%
Equipamentos de transmissão	10,00 a 20,00	6.984.962 (4.982.936)	2.002.026	395.761		
Equipamentos de comutação	10,00 a 20,00	3.461.217	(2.028.699)	1.431.518	117.299	
Infra-estrutura	2,87 a 20,00	2.331.045	(1.169.751)	1.161.294	144.249	
Terrenos	-	59.929	-	59.929	3.011	
Prédios	2,86 a 4,00	278.375	(63.475)	214.900	17.592	
Equipamentos terminais	66,67	1.397.235	(1.104.291)	292.944	19.415	
Outros ativos	6,67 a 20,00	1.315.544	(769.937)	545.607	33.412	
Bens e instalações em andamento	-	737.158	-	737.158	28.136	
Total		<u>16.565.465</u>	<u>(10.120.089)</u>	<u>6.445.376</u>	<u>758.875</u>	

	Taxas anuais de depreciação %		31.12.06		31.12.05	
	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado líquido
		%	%		%	%
Direito de uso de software	20,00	2.818.853	(1.683.827)	1.135.026	86.698	
Licença de concessão	6,67 a 20,00	976.503	(561.809)	414.694	442.719	
Bens e instalações em andamento	6,67 a 20,00	35.592	(23.233)	12.359	-	
Total		<u>3.911.552</u>	<u>(2.268.869)</u>	<u>1.642.683</u>	<u>531.069</u>	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade capitalizou despesas financeiras incorridas sobre empréstimos que estão financiando as obras em andamento no montante de R\$1.604.

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante de R\$108.118, conforme demonstrado a seguir:

Tributário	97.034
Trabalhista e cível	11.084
Total	<u>108.118</u>

Em dezembro de 2006, a Vivo S.A. passou a oferecer a seus clientes serviços baseados na tecnologia "Global System for Mobile - GSM". A Administração entende que a adoção do GSM não impactará a recuperação dos valores sistemáticos investidos nas demais tecnologias de sua rede (TDMA e CDMA).

12. DIFERIDO

	Taxas anuais de amortização %		31.12.06		31.12.05	
	Custo	Amortização	Amortizado	Custo	Amortizado	Amortizado
Despesas pré-operacionais:						
Amortização da licença	10	80.496	80.496			
Despesas financeiras	10	201.131	184.430			
Despesas gerais e administrativas	10	69.960	43.633			
Ágio - Ceterp Celular S.A.		351.587	308.559			
	(a)	84.265	-			
	(a)	24.794	4.371			
Amortização acumulada:		<u>460.646</u>	<u>312.930</u>			
Pré-operacionais		(256.883)	(195.479)			
Ágio - Ceterp Celular S.A.		(51.261)	(18.245)			
Fundo de comércio		(326.389)	(2.271)			
Total		<u>134.257</u>	<u>115.180</u>			

(a) De acordo com os prazos contratuais.

13. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	31.12.06	31.12.05
Fornecedores	1.934.533	155.679
Interconexão / SMP (a)	176.938	5.834
Valores a repassar SMP (a)	389.471	41.632
Assistência técnica (nota 30)	84.265	-
Outros	40.047	1.305
Total	<u>2.625.241</u>	<u>204.450</u>

(a) Valores a repassar SMP referem-se às chamadas VC2, VC3 e deslocamento repassados às operadoras de longa distância.

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.06	31.12.05
Tributos Correntes:		
ICMS	493.796	247.451
Imposto de renda e contribuição social	2.319	-
PIS e COFINS	71.121	5.675
FISTEL	3.420	2.511
FUST e FUNTTEL	7.496	549
Outros impostos, taxas e contribuições	9.908	437
Total	<u>588.060</u>	<u>256.623</u>
Obrigações Legais:		
Imposto de renda	1.887	-
PIS e COFINS	56.108	-
CIDE	17.592	4.021
Outros impostos, taxas e contribuições	1.168	-
Total	<u>76.755</u>	<u>4.021</u>
Circulante	664.815	260.644
Não circulante	452.346	91.066
Total	<u>1.117.161</u>	<u>351.710</u>

Da parcela do longo prazo, R\$151.131 referem-se ao ICMS - Programa Paraná Mais Empresa, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, relativo a postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorre no prazo de 49º mês subsequente àquele em que o ICMS foi apurado.

Obrigações Legais - Deliberação CVM 489/05:

Demonstramos a seguir os tributos que se enquadram na Deliberação 489 de 03 de novembro de 2005, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que aprovou o pronunciamento do IBRACON NUP n° 22. Para efeito das demonstrações financeiras, os montantes de depósitos judiciais dos referidos tributos, quando havia, foram compensados com os impostos, taxas e contribuições a pagar.

a) PIS e COFINS
A Vivo S.A. (SP), foi autuada (processo n°. 19.155.000.700/2003-97) por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLL. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$24.671 em 31 de dezembro de 2006, tendo efetuado depósito judicial no mesmo valor.
Lei n° 9.718/98
Em 27/10/98
Do Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 09 de novembro de 2005, firmou posicionamento acerca da inconstitucionalidade das modificações na base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS introduzidas pela Lei n° 9.718/98, objeto de inúmeras ações judiciais proferidas por contribuintes em geral.
Na apreciação dos Recursos Extraordinários n°s 375.950, 390.840, 358.273 e 346.084, foi declarada a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da referida Lei, que havia determinado que essas contribuições incidiriam não apenas sobre o faturamento, mas sobre "a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas".
Por força das alterações introduzidas pelas leis n° 10.637/02 e 10.833/03, a Sociedade passou a incluir as receitas excedentes ao faturamento nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$58.511 em 31 de dezembro de 2006, tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$2.403.

b) CIDE
Trata-se de questionamento visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$55.458, tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$37.866.

c) IRPJ sobre derivativos
A Vivo S.A. (RS), ingressou com ação (99.0003309-4) visando a discutir a incidência do IRPJ sobre operações com derivativos. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$1.887 em 31 de dezembro de 2006.

d) ISS
A Vivo S.A. (PR), ingressou com ação anulatória (443/2006) visando a anular o ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis, atividades-meio e serviços suplementares. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$226 em 31 de dezembro de 2006.

e) PIS e COFINS
A Vivo S.A. (ES), foi autuada (918/2005) relativamente ao ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis, atividades-meio e serviços suplementares. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$97 em 31 de dezembro de 2006.

e) INSS
A Vivo S.A. (AM, RR, AP, PA e MA), foi autuada (Al 35.365.561-9 e 2005.3900007327-6) pelo INSS. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$845 em 31 de dezembro de 2006.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição da dívida:	Moeda	Encargos	Vencimento	31.12.06		31.12.05	
				Valor	Por pagar	Valor	Por pagar
Instituições Financeiras:							
Resolução 2770	¥	4% a.a. a 6,24% a.a.	05/02/07 a 03/10/08	870.835	255.015		
Resolução 2770	¥	0% a 4,3752% a.a.	08/02/07 a 03/10/08	751.959	178.816		
Resolução 2770	R\$	IGP-M + 9,45%a.a.	09/02/10	111.666	4.822		
Banco Europeu de Investimento - BEI	US\$	1,4% a.a. + Libor	14/09/07 a 13/06/08	240.482	-		
Compror	US\$	4,5% a 5,8%a.a.	31/07/07 a 17/09/08	33.456	39.361		
Compror	¥	0% a.a. a 2,7783%a.a.	22/01/07 a 16/09/08	131.133	-		
		TJLP + 3,5%a.a.					
BNDES	URTLJP	4,6%a.a. (a)	15/01/07 a 15/06/11	163.795	190.734		
BNDES	UMBDES	3,5%a.a. a 4,6%a.a.	15/01/07 a 15/07/11	28.075	41.802		
		Libor + 1,75%a.a.					
Comercial Paper	R\$	6,30%a.a. a 6,55%a.a.	29/07/07 a 28/12/07	448.980	-		
Outros	US\$	Coluna 27 FGV	31/10/08	851	-		
Juros				71.384	7.227		
Total				<u>2.852.352</u>	<u>466.777</u>		
Circulante				1.518.556	113.869		
Não circulante				1.333.796	352.908		

(a) Caso a TJLP seja superior a 10% a.a., o spread será de 6% a.a.
b) Cronograma de pagamento
Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	31.12.06
2008	1.163.196
2009	22.281
2010	136.905
2011	11.414
Total	<u>1.333.796</u>

c) Cláusulas restritivas

A Sociedade possui empréstimo e financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R\$191.870. De acordo com os contratos, existem diversos índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Foi constatado o não cumprimento dos índices "Margem EBITDA" (de venda da receita operacional líquida), "Margem EBITDA sem mercadorias" (expurgando receita líquida de venda de mercadorias e custo de mercadorias vendidas) e índice de liquidez corrente (ativo circulante sobre o passivo circulante) na apuração realizada em 31 de dezembro de 2006. Já foi obtido junto ao banco um "waiver" para o não cumprimento de tal obrigação.

A Sociedade possui empréstimos junto ao Banco Europeu de Investimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$240.482. Nesta mesma data, diversos índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos.

d) Cobertura
Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade possui posições de "hedge" cambial de US\$800.838 mil, ¥50.892.759 mil e €1.871 mil, para cobertura do total de suas obrigações cambiais. Adicionalmente a Sociedade possui operações de "swap" - CDI x Pré, para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. As operações cobertas têm seu vencimento em Janeiro de 2007 e 2008, e totalizavam R\$1.864.877.
Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade tinha registrado no balanço uma perda acumulada de R\$497.730 nestas operações de "hedge" cambial e "swap" CDI x Pré.
Segue abaixo quadro com a posição líquida destas operações registradas no balanço patrimonial da Sociedade:

Descrição	31.12.06	31.12.05
Ativo circulante	1.298	4
Ativo não circulante	135	2.355
Total do ativo	<u>1.433</u>	<u>2.359</u>
Passivo circulante	(371.990)	(11.693)
Passivo não circulante	(127.173)	(19.246)
Total do passivo	<u>(499.163)</u>	<u>(30.939)</u>
Perda acumulada	<u>(497.730)</u>	<u>(28.580)</u>

e) Garantias
Empréstimos e financiamentos, em moeda local, no valor de principal de R\$150.118 representam financiamentos garantidos por penhor de contas a receber, as quais podem ser retidas operacionalmente até o limite de 300% da parcela mensal.

Bancos	Garantias
BNDES	15% dos recebíveis e CDB são caucionados ao valor da próxima parcela a vencer. 100% dos recebíveis e CDB são caucionados pelo valor equivalente a próxima parcela a vencer durante o primeiro ano e duas parcelas a vencer no período restante.
Banco Europeu de Investimento - BEI	Avais de bancos Risco comercial garantido pelo Banco Espírito Santo, BBV e Rabobank

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A composição dos saldos das provisões é como segue:

	Consolidado			
	31.12.06		31.12.05	
	(-) Depósitos	Liquido	(-) Depósitos	Liquido
Trabalhistas	55.528	14.409	41.119	1.443
Cíveis	142.988	(40.934)	102.054	5.208
Tributárias	2.942	-	2.942	14.279
Total	<u>201.458</u>	<u>(55.343)</u>	<u>146.115</u>	<u>20.930</u>
Circulante			61.403	16.564
Não circulante			84.712	4.366
A movimentação das provisões para contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, é como segue:			<u>2006</u>	
Saldo no início do ano			20.930	
Constituição de provisões, líquida de reversões			27.947	
Variação monetária			196	
Pagamentos			(175.700)	
Acervo incorporado			325.550	
Aumento de depósitos judiciais			(52.808)	
Saldo em 31 de dezembro			<u>146.115</u>	

16.1. Processos Tributários
16.1.1. Perda Provável
a) ICMS

A Vivo S.A. (ES), com base na opinião de seus advogados, provisionou o montante de R\$587 em 31 de dezembro de 2006 referente a autuações fiscais de ICMS lavradas em 2002, que se encontram em discussão na esfera administrativa.

b) Outros
A Administração da Sociedade provisionou R\$2.355 referente a diversos processos tributários consubstanciada na opinião de seus advogados externos.
16.1.2. Perda Possível

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

a) ICMS
A Vivo S.A. (DF, AC, MS, MT, GO, RR e AM), receberam autuações fiscais que totalizam R\$77.186, cujos principais objetos são: i) ICMS sobre serviços eventuais ou complementares que não configuram serviços de telecomunicação; ii) ICMS sobre chamadas internacionais, originadas no Brasil com destino ao exterior; iii) falta de estorno proporcional de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado utilizado na prestação de serviços de comunicação e/ou nas saídas de mercadorias isentas ou não tributadas; iv) ICMS sobre prestação não onerosa de serviços de telecomunicações, caracterizada pela doação de créditos para serem consumidos no plano de serviço pré-pago; v) não-inclusão na base de cálculo do ICMS da multa e dos juros de mora cobrados de clientes inadimplentes; vi) supostos descumprimentos de obrigações acessórias e vii) outros relacionados com a comercialização de mercadorias.

A Vivo S.A. (PR), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$1.336 cujo principal objeto é o recolhimento do ICMS fora do prazo.

A Vivo S.A. (BA), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$35.953, cujos principais objetos são: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato; iii) recolhimento do ICMS fora do prazo no período compreendido entre fevereiro e março de 1998; iv) ICMS incidente sobre "serviços complementares de comunicação"; v) falta de estorno do crédito do ICMS relativo a longa distância e call center e vi) ICMS sobre habilitação.

A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$18.628, cujos principais objetos são: i) falta de estorno proporcional ao crédito de ICMS referente à aquisição de ativo imobilizado, energia elétrica e serviços de comutação em decorrência de prestação de serviços de comunicação não tributados; ii) falta de estorno dos créditos de ICMS relativo às saídas de aparelhos a título de locação e comodato; iii) ICMS sobre a saída de mercadorias a título de consignação e iv) ICMS incidente sobre "serviços complementares de comunicação".

A Vivo S.A. (ES), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$7.926, cujos principais objetos são: i) crédito indevido de ICMS e ii) obrigações acessórias em relação à escrituração de notas fiscais.

A Vivo S.A. (RJ), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$77.615, cujos principais objetos são: i) ICMS incidente sobre "serviços complementares de comunicação"; ii) ICMS sobre habilitação; iii) ICMS sobre chamadas originadas de terminais administrativos e testes; iv) ICMS incidente sobre os serviços prestados a outras operadoras de telecomunicações a determinados destinatários e v) ICMS incidente sobre a saída de aparelhos e vi) ICMS sobre habilitação.

A Vivo S.A. (RS), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$86.421, cujos principais objetos são: i) ICMS sobre chamadas internacionais; ii) recolhimento do ICMS fora do prazo e iii) ICMS sobre energia elétrica.

A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações fiscais que totalizam R\$65.874, cujos principais objetos são: i) créditos indevidos de ICMS e ii) crédito indevido referente ao lançamento de valores a título de créditos extemporâneos.

b.1) Majoração da Base de Cálculo
A Vivo S.A. (SP), recebeu autuações fiscais que processa determinado que essas contribuições incidiriam não apenas sobre o faturamento, mas sobre "a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas".

Por força das alterações introduzidas pelas leis n° 10.637/02 e 10.833/03, a Sociedade passou a incluir as receitas excedentes ao faturamento nas bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$58.511 em 31 de dezembro de 2006, tendo efetuado depósitos judiciais no montante de R\$2.403.

b.2) Operações de derivativos
A Vivo S.A. (BA), recebeu autuação de COFINS no valor de R\$8.416, referente a deduções relativas a perdas incorridas com operações de derivativos na apuração da base de cálculo desta contribuição.



Vivo S.A.

CNPJ 02.449.992/0001-64

(anteriormente Global Telecom S.A.)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	2006	2005
Receitas:		
Alienação de bens do imobilizado	10.677	167
Outras	70	8
Total	<u>10.747</u>	<u>175</u>
Despesas:		
Alienação de bens do imobilizado	(8.875)	(122)
Provisão para perdas de ativos	(277.987)	(5.156)
Provisão para perdas em investimentos	(1.815)	-
Outras	(769)	(371)
Total	<u>(289.446)</u>	<u>(5.649)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade provisiona as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, conforme nota 7. A seguir, a composição do débito com imposto de renda e contribuição social:

	2006	2005
Débito de imposto de renda	(53.151)	12
Débito de contribuição social	(19.034)	-
Imposto de renda diferido	884.513	-
Contribuição social diferida	319.174	-
Total	<u>1.131.502</u>	<u>12</u>

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos impostos sobre a renda divulgados, eliminando os efeitos do benefício fiscal do ágio, e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	2006	2005
Prejuízo antes dos tributos	(267.900)	(270.647)
Crédito (despesa) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	91.086	92.020
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis – amortização de ágio	(478)	-
Outras despesas não dedutíveis	(43.737)	(14.269)
Outras adições	(2.276)	-
Exclusões permanentes:		
Outras exclusões	12.921	13.381
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	(91.132)
Outras	-	12
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas em exercícios anteriores	1.073.986	-
Débitos tributários	<u>1.131.502</u>	<u>12</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) **Considerações sobre risco**

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de Crédito: decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes e da vendas de aparelhos de rede de distribuidores, bem como do risco relativo a aplicações financeiras e valores a receber de operações de “swap”.

Risco de Taxas de Juros: decorre da parcela da dívida e das posições passivas em derivativos contratados a taxas flutuantes, e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros (principalmente Libor, TJLP e CDI).

Risco de Taxas de Câmbio: possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeitas através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais mais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade tem 81% das suas bases de clientes na modalidade de pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de “credit scoring”, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da SAP.

A Sociedade também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de “swap”. A Sociedade atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros

A Sociedade está exposta ao risco das taxas subirem, especialmente a paridade de juros associados ao custo dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, em função da parte passiva das operações com derivativos (“Hedge” Cambial) e por empréstimos contratados em reais. Como forma de minimizar esta exposição, a Sociedade contratou operações de “swap” em reais de CDI para taxas fixas de juros no valor referencial total de R\$1.864 milhões. O saldo de aplicações financeiras, indexadas ao CDI, também neutraliza parcialmente este efeito.

Além disso, a Sociedade também está exposta ao risco de oscilação da TJLP, em função dos empréstimos contratados junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2006, estas operações somavam o principal de R\$163.795. A Sociedade não têm contratado operações de derivativos para cobertura do risco da TJLP.

Os empréstimos contratados em moeda estrangeira apresentam, igualmente, risco das taxas de juros (libor), associadas aos empréstimos externos subirem. Estas operações somavam US\$232.480 mil em 31 de dezembro de 2006, de principal.

Do total de empréstimos e financiamentos associados a taxas de juros externas variáveis (Libor), US\$232.480 mil (principal) têm proteção contra variações na taxa de juros (Libor) através de derivativos (“swap” de taxa de juros).

Risco de Taxas de Câmbio

A Sociedade tem contratado operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos e outras obrigações em moedas estrangeiras. Os instrumentos usualmente utilizados são contratos de “swap” e “forward”.

O quadro abaixo resume a exposição líquida da Sociedade ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2006:

	Em milhares de		
	US\$	C	¥
Empréstimos e financiamentos	(762.605)	-	(50.892.759)
Empréstimos e financiamentos – UMBNDES (a)	(13.191)	-	-
Instrumentos derivativos	800.838	1.871	50.892.759
Outras obrigações	(29.272)	(5.982)	-
Total (insuficiência de cobertura)	<u>(4.230)</u>	<u>(4.111)</u>	<u>-</u>

(a) A UMBNDES é uma unidade monetária preparada pelo BNDES, composta por uma cesta de moedas estrangeiras, sendo a principal moeda o dólar norte-americano, razão pela qual a Sociedade a considera na análise de cobertura do risco relacionado às flutuações das taxas de câmbio.

Operações com Derivativos

A Sociedade registra os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como receitas ou despesas financeiras líquidas.

O quadro abaixo apresenta uma estimativa da avaliação do valor contábil e do valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor contábil	Valor de mercado	Perda não realizada
Empréstimos e financiamentos	(2.852.352)	(2.861.409)	(9.057)
Instrumentos derivativos	(497.730)	(492.797)	4.933
Outras obrigações	(79.429)	(79.429)	-
Total	<u>(3.429.511)</u>	<u>(3.433.635)</u>	<u>(4.124)</u>

b) **Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros**

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de swaps, foi determinado com base no preço de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis.

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias. Assim, as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

28. PLANOS DE BENEFÍCIOS DÍFES-EMPREGO

A Sociedade, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocina planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Segurança Social – SISTEL, como segue:

a) **PBS-A**: plano de benefício definido, multipatrocinado, destinado aos participantes já assistidos que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000.

b) **PBS-Telesp Celular**, **PBS-TCO**, **PBS Tele Sudeste Celular** e **PBS Tele Leste Celular**: planos de benefícios definidos de aposentadoria patrocinaods individualmente pela Sociedade.

As contribuições para os planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pelas patrocinadoras é de 13,5% sobre a soma de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio dos planos PBS e 1,5% ao plano PAMA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$24.

c) **PAMA**: plano multipatrocinado de assistência médica aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

d) **Plano TCP Prev** e **TCO Prev**: planos individuais de contribuição definida e contribuição variável, respectivamente, instituídos pela SISTEL em agosto de 2000. A Sociedade paga com os riscos de morte e invalidez por participantes em ambos os planos, sendo que no plano TCP Prev alguns participantes oriundos do plano PBS-TCO fazem jus a benefícios vitalícios de aposentadoria (benefício saldaado), além dos benefícios de contribuição definida. As contribuições da Sociedade aos planos TCP Prev e TCO Prev são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$1.446.

Através da ação ordinária n.º 04/081.668-0, movida pela ASTEL contra a Fundação Sistel de Segurança Social, na qual são citadas, além da Sistel, a Telefônica e a Telesp Celular, são formulados diversos pleitos, resumidos a seguir: i) que a Sistel seja proibida de cobrar dos aposentados e demais inscritos quaisquer contribuições referentes ao PAMA – Plano de Assistência Médica aos Aposentados, cabendo aos mesmos o pagamento apenas de “uma participação módica nas utilizações realizadas”, participação esta limitada a 1% da remuneração mensal do assistido; ii) que a Sistel reinscreva no PAMA, sem quaisquer restrições, os aposentados e assistidos que estão com suas inscrições suspensas por inadimplência, bem como aqueles que não suportaram a pressão e pediram o cancelamento da inscrição no PAMA ou aderiram ao PCE (Plano de Coberturas Especiais), se quiserem, também sem qualquer restrição; iii) que a Sistel reavalie as necessidades econômicas do PAMA, inclusive dos valores das contribuições baseais das patrocinadoras Telefônica e Telesp Celular; iv) que a contribuição estatutária, não seja calculada com base na folha de todos os seus empregados, conforme anterior disposição estatutária, e não pelo percentual sobre a folha dos participantes ativos do PBS; v) que a Sistel restabeleça o credenciamento de todos os hospitais, clínicas e laboratórios descredenciados; vi) que seja procedida uma revisão da distribuição contábil do patrimônio, de sorte a atribuir ao PAMA os valores relativos ao fator reita, das suplementações, na forma acima exposta, devendo a Sistel, em qualquer a referência revisado não for feita, ficar proibida de qualquer cisão do patrimônio líquido do plano PBS-A ou qualquer outro plano gerido pela Entidade; vii) que a Sistel e as patrocinadoras reponham a “transferência de patrimônio do substrato principal destinado à garantia do PBS-2 e PAMA, portadas ilegalmente para o plano Visão Telesp e Visão Prev da Telesp Celular”; viiii) concessão de tutela antecipada quanto aos itens “i”, “ii” e “v”.

A Sociedade através da sua assessoria atuarial elaborou estudo considerando os impactos acima descritos, portanto, a alteração no custeio na forma pleiteada pela Ação Ordinária da ASTEL representa um agravamento nas provisões no montante de R\$1.234.

Com base na opinião de seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que nesse momento não existe risco de pagamento, sendo que em 31 de dezembro de 2006 a probabilidade de perda foi classificada como possível.

e) **Plano de Benefícios Visão Celular – CRT**, **Tele Sudeste** e **Tele Leste**: plano individual de contribuição definida, instituído pela Sistel em agosto de 2000. As contribuições da Sociedade ao plano Visão Celular são iguais às dos participantes, variando de 0% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições para esses planos foram de R\$790.

f) **Planos de Benefícios definidos**: a “CRT” patrocinava planos de previdência privada de benefícios definidos (plano de benefícios fundador e o plano de benefícios alternativo), os quais eram administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT.

Em 21 de dezembro de 2001, a “CRT” e a Brasil Telecom S.A., patrocinadora da FCRT, firmaram Termo de Compromisso visando à desvinculação total entre as patrocinadoras, mediante a retirada da “CRT” como patrocinadora, bem como a garantia de que essa retirada seja realizada estritamente de acordo com a legislação aplicável, respeitando os direitos dos participantes, o qual foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 30 de dezembro de 2003.

Muito embora a legislação vigente permita que sejam suspensos os descontos das contribuições de patrocinadoras e de seus participantes, de janeiro de 2002 a dezembro de 2003, a “CRT” vinha efetuando os recolhimentos, como forma de ressalvar e preservar direitos dos participantes, até a efetiva retirada da “CRT” como patrocinadora da FCRT.

Na avaliação atuarial dos planos foi adotada a metodologia para retirada de patrocinadora, determinada conforme Resolução MPAS CPC n.º 06/88.

As reservas foram avaliadas individualmente com base na metodologia imposta pela referida Resolução para cada uma das categorias (assistidos e pensionistas, sobre riscos iminentes e ativos riscos não iminentes).

A partir de outubro de 2004, a “CRT” vem efetuando repasses ao Sistel, conforme acordado com a FCRT, do valor previsto como reserva de poupança dos colaboradores ativos da “CRT”, que fizeram a opção de migração do Plano Alternativo/Fundador da FCRT para o plano Visão, perfazendo em 31 de dezembro de 2006 o montante de R\$9.515. Em 31 de dezembro de 2006 do plano provisionado no passivo de R\$14.847 (R\$8.677 em 31 de dezembro de 2005), R\$3.245 refere-se a Reserva de Retirada dos participantes com Termo de Intenção de Migrar para o BTPrev, e que estão aguardando os processos junto ao INSS para a obtenção de aposentadoria.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para os planos de aposentadoria de benefícios definidos e planos de assistência médica aos aposentados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM n.º371 sobre tais planos:

Plano	2006	2005
PAMA	<u>2.509</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.509</u>	<u>-</u>

1) Conciliação dos Ativos e Passivos						
	2006					
	PAMA (i)	PBS (ii)	PBS-A (i) (ii)	TCP Prev (ii)	TCO Prev (ii)	Visão (ii)
Total do passivo atuarial	5.401	22.545	24.915	3.632	43.006	5.912
Valor justo dos ativos	(2.892)	(30.304)	(36.858)	(9.094)	(60.095)	(23.128)
Passivo (ativo) líquido	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>
	2005					
	PAMA (i)	PBS (ii)	PBS-A (i)	TCP Prev (ii)	TCO Prev (ii)	Visão (ii)
Total do passivo atuarial	3.947	21.711	23.486	3.060	39.832	5.388
Valor justo dos ativos	(2.777)	(27.044)	(30.425)	(5.993)	(54.329)	(13.777)
Passivo (ativo) líquido	<u>1.170</u>	<u>(5.333)</u>	<u>(6.939)</u>	<u>(2.933)</u>	<u>(14.497)</u>	<u>(8.389)</u>

i) Refere-se à participação proporcional da Sociedade nos ativos e passivos do plano multipatrocinado – PAMA e PBS-A;

ii) Embora o PBS, PBS-A, TCP Prev, TCO Prev e Visão estejam superavitários em 31 de dezembro de 2006, nenhum ativo foi reconhecido pela patrocinadora, em virtude da falta de perspectiva para aproveitamento desse superávit.

2) Movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido						
	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
(Ativo) passivo líquido em 31.12.05	1.170	(5.333)	(6.939)	(2.933)	(14.497)	(8.389)
Custo do serviço corrente	111	(1.870)	(5.773)	(2.344)	(450)	(445)
Contribuição da patrocinadora	(1)	(23)	-	-	(1.446)	(790)
(Ganhos) ou perdas atuariais	1.229	(533)	769	(185)	(696)	(7.592)
(Ativo) passivo líquido em 31.12.06	<u>2.509</u>	<u>(7.759)</u>	<u>(11.943)</u>	<u>(5.462)</u>	<u>(17.089)</u>	<u>(17.216)</u>

3) Movimentação do passivo atuarial						
	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Passivo atuarial em 31.12.05	3.947	21.711	23.486	3.060	39.832	5.388
Custo do serviço corrente	24	70	-	438	581	908
Juros sobre o passivo atuarial	437	2.359	2.548	319	4.445	570
Benefícios pagos	(236)	(1.683)	(1.888)	-	(1.156)	(57)
(Ganhos) perdas atuariais	1.229	88	769	(185)	(696)	(897)
Passivo atuarial em 31.12.06	<u>5.401</u>	<u>22.545</u>	<u>24.915</u>	<u>3.632</u>	<u>43.006</u>	<u>5.912</u>

4) Movimentação dos ativos dos planos						
	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.05	(2.777)	(27.044)	(30.425)	(5.993)	(54.329)	(13.777)
Benefícios pagos	236	1.683	1.888	-	1.156	57
Contribuições da patrocinadora e participantes	(1)	(23)	-	-	(1.446)	(790)
Rendimentos ativos do plano	(350)	(4.299)	(8.321)	(3.101)	(5.476)	(1.923)
Ganhos (perdas) sobre ativos	-	(621)	-	-	-	(6.695)
Valor justo dos ativos do plano em 31.12.06	<u>(2.892)</u>	<u>(30.304)</u>	<u>(36.858)</u>	<u>(9.094)</u>	<u>(60.095)</u>	<u>(23.128)</u>

5) Despesas previstas para 2007						
	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Custo do serviço	18	25	-	501	836	94
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	542	2.222	2.455	345	4.338	567
Rendimentos esperados dos ativos	(297)	(3.685)	(4.735)	(1.094)	(6.775)	(2.897)
Contribuição dos empregados	-	(9)	-	-	-	(122)
Total	<u>263</u>	<u>(1.447)</u>	<u>(2.280)</u>	<u>(248)</u>	<u>(1.601)</u>	<u>(1.511)</u>

6) Premissas atuariais						
	PAMA	PBS	PBS-A	TCP Prev	TCO Prev	Visão
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	10,61%	12,75%	13,18%	12,38%	11,29%	12,50%
Taxa de crescimento salarial futuro	6,08%	6,08%	6,08%	6,08%	6,08%	6,08%
Taxa de crescimento dos custos médicos	7,12%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábuas de mortalidade	AT 83	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo	segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability	Mercer Disability	N/A	Disability	Disability	Disability

29. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Com o processo de Reestruturação Societária (Nota 1) a Sociedade incorporou os ágios pagos nos processos de privatização e aquisição de subsidiárias.

Anteriormente às transferências, foram constituídas provisões para manutenção do patrimônio líquido da incorporada e, consequentemente, o acervo líquido incorporado representa, em essência o patrimônio fiscal decorrente da dedutibilidade dos ágios incorporados.

Os registros contábeis incorporados para fins societários e fiscais da Sociedade possuem contpas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos, são como segue:

	31.12.06	31.12.05		
Reestruturação	Ágio	Provisão	Líquido	Líquido
TCO - 1ª aquisição	726.507	(479.495)	247.012	-
TCO - 2ª aquisição	285.888	(188.686)	97.202	-
TC - Privatização	931.215	(614.602)	316.613	-
TL - Privatização	123.194	(81.309)	41.885	-
GT - Aquisição	645.376	(425.948)	219.428	253.213
Total	<u>2.712.180</u>	<u>(1.790.040)</u>	<u>922.140</u>	<u>253.213</u>